

Orçamento de 90 prevê PIB 2% maior

Carlos Menandro

Principal balizador da economia do País em 1990, o novo Orçamento Geral da União, somado aos investimentos das estatais e aos gastos em seguridade social — um total de NCz\$ 355,91 bilhões — está projetando para o primeiro ano do Governo a ser eleito uma inflação de 24% ao mês (1.200% ao ano) e um crescimento do PIB (Produto Interno Bruto) de 2%.

São estes os principais indicadores do novo Orçamento Geral da União que o ministro do Planejamento, João Batista de Abreu, levou pessoalmente ontem ao Congresso Nacional, entregando-o ao senador Nelson Carneiro em nome do presidente José Sarney.

O orçamento — a soma do orçamento fiscal tradicional mais o orçamento da seguridade social, de NCz\$ 338,86 bilhões, e do orçamento das quase 200 empresas estatais, de NCz\$ 17,05 bilhões — deverá ser votado até o final da atual legislatura e reintroduz a indexação de suas rubricas, uma velha proposta do ministro João Batista de Abreu, para evitar a corrosão inflacionária das contas públicas e a morosidade burocrática até agora existente para sua atualização.

Do total dos NCz\$ 338,6 bilhões dos orçamentos fiscal e da seguridade, NCz\$ 329,94 bilhões são recursos do Tesouro Nacional e os restantes NCz\$ 8,92 bilhões de outras fontes. Do total dos recursos do Tesouro, NCz\$ 6,55 bilhões foram lançados como “despesa condicional”, que pode ser cortada se o Congresso Nacional não aprovar as propostas feitas pelo Governo para elevar a receita, entre elas o corte de incentivos fiscais, a taxação das grandes fortunas e das operações em bolsa e a elevação do Finsocial e das contribuições à Previdência.

Indexação

As novas propostas orçamentárias prevêem a criação do URO (Unidade de Referência Orçamentária), que em janeiro de 1990 será fixada no valor de NCz\$ 1 mil. A partir daí, a URO vai acompanhar ou o IPC (Índice de Preços ao Consumidor) ou o índice de recolhimento efetivo das receitas federais, sendo considerado aquele que for menor. Além disso, será imposto nos cálculos da URO, a nova “moeda” do orçamento, um redutor de 10% de fevereiro a julho, de 8% em agosto, 6% em setembro, 4% em outubro, 2% em novembro e zero em dezembro de 1990.

Segundo o secretário da SOF (Secretaria de Orçamento e Finanças), Pedro Parente, a nova indexação dos orçamentos vai impedir

que as receitas sejam corrigidas em 1990 em índices superiores aos do crescimento da receita. Vai também impedir que um eventual aumento de receita, decorrente, por exemplo, de uma situação conjuntural, seja convertido automaticamente em aumento de despesa.

Do total das despesas previstas pelos orçamentos fiscal e da seguridade social (NCz\$ 281,84 bilhões para o primeiro, e NCz\$ 57,02 bilhões para o último), NCz\$ 24 bilhões destinam-se à cobertura dos gastos com pessoal (7,14% do total); NCz\$ 218,66 bilhões à cobertura do serviço da dívida externa e interna do setor público (juros mais amortizações), que representam 64,5% do total dos recursos; NCz\$ 13,7 bilhões aos Estados e Municípios na forma de transferências federais previstas na Constituição (4% do total das despesas orçamentárias).

Foram destinados NCz\$ 1,76 bilhão para a reserva de contingência (atendimento de emergências tais como secas, enchentes etc), e NCz\$ 8,48 bilhões a investimentos feitos diretamente pela União, além dos NCz\$ 17 bilhões realizados pelas empresas estatais. Dos recursos previstos para investimentos da União e autarquias, NCz\$ 2,1 bilhões serão provenientes do lançamento de títulos da dívida pública.

Pessoal

Segundo o secretário de Recursos Humanos da Seplan, Eloi Corazza, há 1 milhão e 17 mil, 126 funcionários públicos, dos quais 882.126 na administração direta, autarquias, órgãos autônomos e fundações, e 135 mil nas empresas públicas e sociedades de economia mista que recebem aporte de recursos do Tesouro Nacional (não se inclui aí o total dos funcionários das estatais).

Segundo Corazza, a média dos salários pagos pelo Poder Executivo em 1990 será de NCz\$ 981,00, a preços de maio deste ano. A média dos salários do Legislativo é 2 vezes e meia maior que a do Executivo, e duas vezes maior no Judiciário.

As propostas orçamentárias do Governo não levaram em conta os 70% de inflação de janeiro deste ano, partindo do pressuposto de que este índice não será incorporado aos reajustes salariais do setor público, a exemplo do que aconteceu com os salários do Banco do Brasil, por determinação do TST (Tribunal Superior do Trabalho). Se isso ocorrer, terão de ser realizados novos cortes de despesas.



Aliviado, Abreu entrega o Orçamento com atraso de um mês que Carneiro terá de aprovar logo